

Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI

Ivan Targino^{1*}
Rejane Gomes Carvalho^{2*}
Wanderleya dos Santos Farias^{3*}

Resumo

O artigo discute o desempenho da economia paraibana no período de 2000 a 2016, vale dizer no início do século XXI. Para a realização do trabalho foram utilizadas informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes às contas regionais, produção agrícola municipal, produção pecuária municipal, pesquisa anual de serviços. Além das fontes dos dados secundários, também, foi feita pesquisa bibliográfica sobre a dinâmica econômica estadual para embasar a discussão efetuada. O estudo mostra, de uma lado, as transformações ocorridas na economia paraibana: de uma economia primário exportadora até a década de 1960, para uma economia centrada no setor de serviços na atualidade. Por outro lado, são ressaltadas as principais fragilidades da economia estadual: um setor agropecuário pouco dinâmico, ancorado na produção canavieira e numa produção de lavouras alimentares pouco diversificadas; uma produção industrial concentrada em ramos industriais tradicionais (alimentos, têxtil e calçados); um setor de serviços largamente escudado na administração pública. Não obstante esses traços preocupantes, a economia estadual, nas últimas décadas, apresentou um desempenho superior ao ritmo de crescimento das economias brasileira e nordestina.

Palavras-chave

Economia Paraibana. Desenvolvimento Econômico. Economia regional.

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho da economia paraibana no início do século XXI. Para alcançar esse objetivo, o trabalho está dividido em quatro seções, a saber: a) breve apanhado histórico da economia paraibana; b) análise do comportamento recente da economia paraibana; c) evolução dos setores de atividade; d) considerações finais. Para tanto, se lançou mão de dados colhidos e produzidos pelo IBGE, por outros órgãos oficiais, bem como por informações obtidas em pesquisas realizadas anteriormente pelos responsáveis pelo texto e por outros autores.

1 Sumário da Evolução Histórica da Economia Paraibana

O Estado da Paraíba, historicamente, tem se constituído em área periférica do sistema econômico nacional, caracterizado como elo fraco do capitalismo nacional por Polari (1967). Desde o período colonial, essa tem sido a posição desfrutada pela economia paraibana. Exceção de um curto período de tempo, logo anterior à ocupação holandesa, quando chegou a ser referida como o terceiro polo produtor de açúcar, atrás de Pernambuco e de Salvador. Segundo algumas fontes históricas, após a efetiva posse do território pela coroa portuguesa, houve um rápido crescimento da atividade canavieira, chegando o número de engenhos existentes no território paraibano a vinte unidades produtivas (HERCKMANS, 1886; PINTO, 1977).

1 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

2 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

3 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

A guerra de expulsão dos holandeses provocou uma forte reviravolta nesse processo com a destruição dos canaviais e dos engenhos. Após a expulsão dos holandeses, houve certo ressurgimento da atividade econômica da Paraíba com a ampliação rápida do número de engenhos que foram implantados (TARGINO, 2014) e o processo de penetração do povoamento para o interior do Estado no final do século XVII. Este surto de crescimento não conseguiu resistir à crise da economia açucareira decorrente da expansão dessa atividade nas Antilhas. A situação de dificuldades por que passou a Paraíba vai ganhar maior dimensão com a incorporação da capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII.

A difusão e expansão da lavoura algodoeira durante o século XIX, embora tenha imprimido uma dinâmica de crescimento, particularmente com o adensamento populacional na região semiárida, de modo particular na região agrestina, não chegou a distinguir a economia paraibana no contexto regional, uma vez que a expansão da cotonicultura foi comum a todos os Estados nordestinos.

Por outro lado, a pecuária aqui implantada esteve inicialmente atrelada à produção açucareira, com a disseminação de criatórios na periferia da zona canvieira, como atesta a descrição feita por Elias Herckmans (1886). A penetração dos colonizadores para o interior do Estado foi feita com base na ocupação dos espaços disputados aos índios para a instalação das fazendas de gado. Desde o final do século XVII, esse povoamento se deu de forma dispersa e rarefeita. As sesmarias doadas contemplavam extensões significativas de terras, medidas em termos de léguas. A pecuária representou, portanto em toda a área semiárida, uma atividade pouco significativa em termos econômicos e mais representativa em termos de apropriação do espaço em nome da coroa portuguesa. O extermínio de povos indígenas foi a consequência dessa guerra de conquista. Só com a expansão da cotonicultura é que a porção semiárida vai ganhar maior expressividade com a implantação do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema gado-algodão-policultura no Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997). Os dados contidos na Tabela 1 dão sustentação a essas afirmativas.

Tabela 1 – Evolução da população paraibana (1774-1872)

Anos	Litoral	Agreste ¹	Sertão	Total
1774*	16.929	6.155	7.221	30.305
1775*	-	-	-	52.000
1782*	30.009	7.914	14.540	52.463
1808**	-	-	-	95.182
1811*	-	-	-	122.407
1812*	-	-	-	95.162
1819**	-	-	-	96.448
1823**	-	-	-	122.407
1830**	-	-	-	246.000
1840*	-	-	-	227.870
1847*	35.868	92.356	23.228	151.452
1851*	42.526	111.777	54.649	208.952
1867**	-	-	-	300.000
1872**	-	-	-	376.226

Fontes: (*)Pinto(1977);(**)Marcílio (1974)

Nota:(1)Entende-se aqui como Agreste a área compreendida pela Vila de Pilar, Paróquia de Taipu, Cidade de Areia, Vila do Ingá, Paróquia de Natuba, Vila de Alagoa Nova, Vila de Bananeiras, Paróquia de Cuité, Vila de Independência e Vila de Campina Grande.

Como pode ser observado na Tabela 1, até o final do século XVIII, a população paraibana estava fortemente concentrada na região litorânea de domínio da atividade açucareira. Mais da metade da população estava aí residindo. Este quadro muda de configuração no século XIX, quando se registra o adensamento populacional no Sertão e, principalmente, no Agreste, como consequência do crescimento da cotonicultura nessas duas áreas.

O espaço agrário paraibano foi conformado de tal forma segundo os princípios de uma economia agroexportadora. As atividades industriais eram praticamente inexistentes, conforme exigência do pacto colonial. Com efeito, as colônias são espaços de suprimento de matérias-primas e de alimentos para as áreas metropolitanas, mesmo quando conquistaram a sua independência política. No caso específico da Paraíba, as atividades agropecuárias desenvolvidas não deram provimento ao crescimento sustentado da atividade industrial.

É bem verdade que até a primeira metade do século XX havia certa interação entre as atividades agropecuárias e as industriais. Inscrevem-se nesse quadro a interação entre a cotonicultura e as usinas de beneficiamento do algodão e as primeiras indústrias de fiação e tecelagem surgidas no Estado, a exemplo da Fábrica Tibiri (em Santa Rita, 1896) e a Fábrica de Rio Tinto (em Rio Tinto, 1924). Assim como entre a produção canavieira e as 7 usinas de açúcar instaladas em Santa Rita (Usinas Santa Rita, São João e Santana), Sapé (Usina Santa Helena), Alagoa Grande (Usina Tanques), Areia (Usina Santa Maria) e Mamanguape (Usina Monte Alegre). Essa interação também pode ser observada entre a produção pecuária e os curtumes instalados em Campina Grande, João Pessoa, Itabaiana etc. No entanto, essa relação da agropecuária com o setor industrial esteve restrita a segmentos industriais menos avançados tecnologicamente, de modo que não implicaram polos dinamizadores da economia paraibana. Um surto de crescimento da atividade industrial vai ser registrado com a implantação da Sudene e de sua política de industrialização incentivada, iniciada no final da década de 1950.

Desse modo, a economia paraibana desenvolveu-se com base numa matriz primário-exportadora, seja quando se considera o painel das trocas internacionais seja no quadro interregional. Os dados apresentados na Tabela 2 confirmam esta configuração econômica estadual.

Tabela 2 – Paraíba: Valor adicionado* por setores produtivos (1960 / 1990) (Em mil R\$)

Anos	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor de Serviços		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1960	1.096.700,65	56,8	173.769,49	9,0	661.833,23	34,3	1.932.303,36	100
1969	925.724,46	46,7	180.577,71	9,1	877.181,57	44,2	1.983.483,73	100
1975	932.869,52	27,7	764.560,11	22,7	1.667.696,73	49,6	3.365.126,35	100
1980	880.502,27	17,7	1.318.514,15	26,5	2.767.851,55	55,7	4.966.867,97	100
1985	1.220.325,26	20,9	1.609.861,34	27,6	3.005.013,71	51,5	5.835.200,31	100
1990	1.124.015,23	15,3	1.875.437,63	25,6	4.336.024,93	59,1	7.335.477,80	100

Fonte: Ipeadata (c2006)

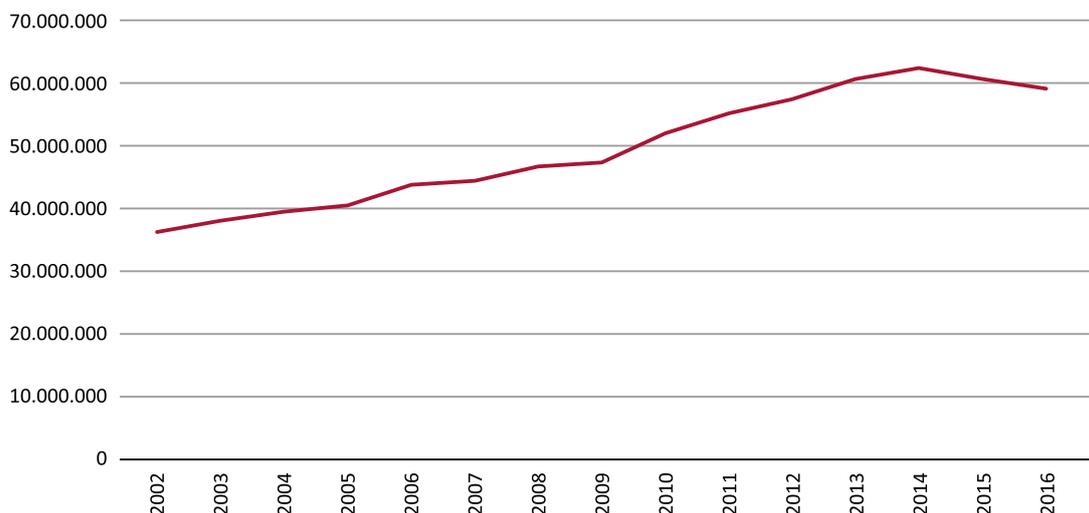
Nota (*): Valores constantes; ano base 2000.

De fato, até a década de 1960, o principal setor de atividade era o agropecuário, que contribuía com cerca da metade do valor adicionado estadual, caracterizando uma economia primário-exportadora (veja Tabela 2). Essa característica é reforçada quando se observa a composição das exportações paraibanas, onde se sobressaíam as exportações de sisal e de algodão (NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA, 1974). Esse panorama sofre uma inflexão a partir da década de 1970, em virtude de dois fatores fundamentais: a) de um lado, a atuação da Sudene representou um papel importante na expansão do setor industrial do Estado; convém lembrar que essa ação teve inscrita no contexto do “milagre brasileiro”, sendo reforçada no plano de desenvolvimento estadual com a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN); b) de outro lado, tem-se o crescimento do setor de serviços que ocupou a liderança da economia estadual entre 1975 e 1980, refletindo tanto o processo de urbanização da população quanto o crescimento dos serviços ligados ao setor produtivo, de modo particular o crescimento do setor financeiro e dos serviços públicos relacionados à educação e à saúde.

2 Desenvolvimento Recente da Economia Estadual

Nas duas últimas décadas, a economia paraibana apresentou um desempenho bastante positivo até o ano de 2014, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Nesse período, o PIB paraibano passou de R\$ 36.312.590 mil para R\$ 59.088.986 mil, o que equivale a uma taxa de crescimento de 62,37%. No entanto, em 2015 e 2016, o PIB estadual declinou, reflexo da crise econômica vivenciada pela economia brasileira.

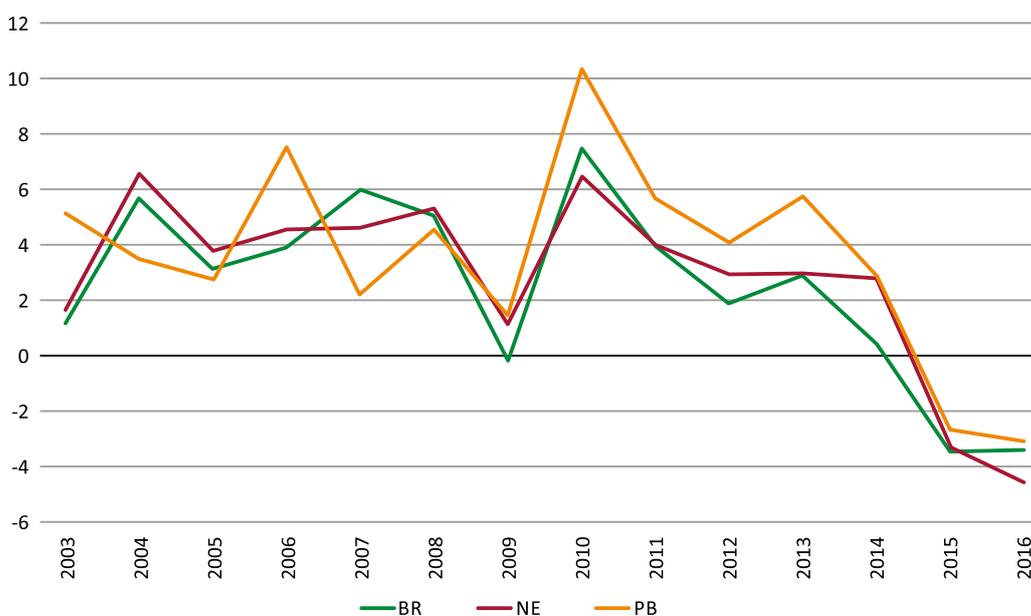
Gráfico 1 – Paraíba: Evolução do PIB* (2002-2016) (Em mil R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No período em foco, o PIB estadual obteve taxa de crescimento (3,4% a.a.) superior às obtidas pelo PIB nacional (2,5% a.a.) e regional (2,8% a.a.). Com efeito, como pode ser observado no Gráfico 2, durante os quinze anos observados, em apenas quatro, a Paraíba obteve taxas inferiores às do Brasil e do Nordeste.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e da Paraíba (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

Interessante observar que foi exatamente no período de maior crescimento da economia brasileira que isto ocorreu. Por outro lado, a partir de 2010, quando a economia nacional inicia uma trajetória de crescimento descendente, a Paraíba segue também essa tendência, mas com taxas superiores ao Brasil e ao Nordeste. Isso coincide com um novo ciclo político no Estado, com a ascensão ao governo estadual de Ricardo Coutinho que imprimiu uma dinâmica nova no fortalecimento da infraestrutura e uma política mais agressiva de atração de investimentos industriais, particularmente com a instalação do polo cimenteiro.

Apesar da economia estadual ter apresentado um melhor desempenho do que a do Brasil e a do Nordeste, a sua participação relativa permaneceu inalterada ao se considerar os anos extremos da série. Isto é, permaneceu ocupando a 18ª posição entre as Unidades Federativas nacionais e a 6ª posição no tocante ao Nordeste. O que se explica pela pequena dimensão da economia estadual tanto em termos nacional quanto regional. Durante o período, a participação do PIB estadual no nacional variou de 0,8% a 0,9% e, em relação ao PIB regional oscilou entre 5,9% e 6,6% como pode ser verificado na Tabela 3.

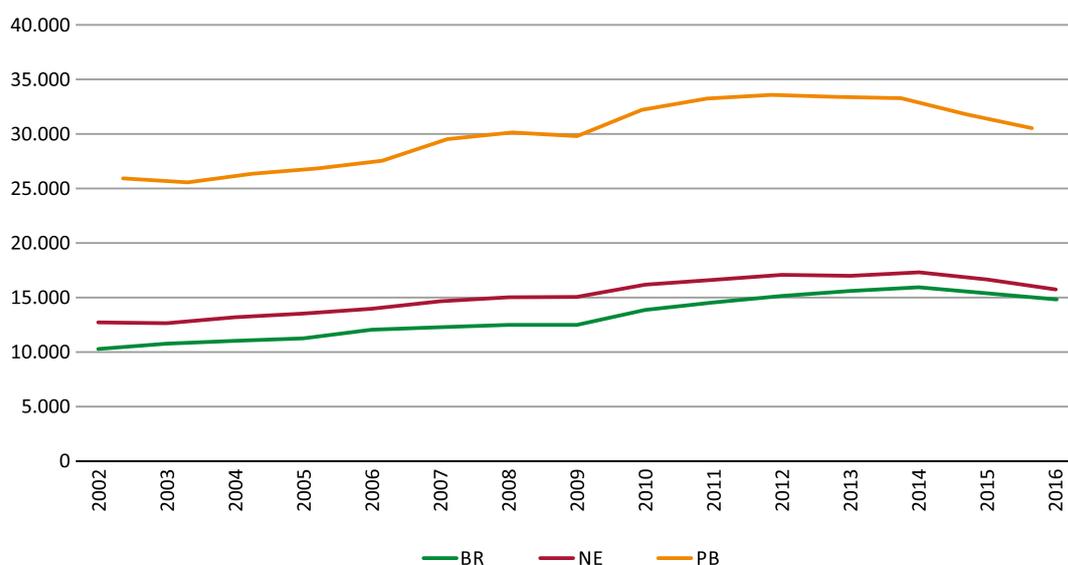
Tabela 3 – Participação % do PIB paraibano no PIB nacional e regional - 2002 a 2016

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PB/BR	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
PB/NE	5,9	6,1	5,9	5,9	6,1	5,9	5,9	5,9	6,1	6,2	6,3	6,4	6,4	6,5	6,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

A fragilidade da economia paraibana também se manifesta em relação ao PIB per capita. Com efeito, o valor desse indicador para a Paraíba representa apenas 48% do PIB per capita nacional. Mesmo em relação ao Nordeste, tem-se que o PIB per capita estadual é inferior ao do Nordeste (veja Gráfico 3). É verdade que essa diferença reduziu-se em 8 pontos percentuais na comparação com o PIB nacional e 12 pontos percentuais em relação ao Nordeste, no intervalo temporal em foco. Não obstante essa redução, é fato que a renda per capita estadual ainda é bastante baixa quando se compara com o valor desse indicador em nível nacional. Seguindo a abordagem tradicional que toma o PIB per capita como um indicador de subdesenvolvimento, os dados representados no Gráfico 3 dão sustentação à afirmação do GTDN que o problema do Nordeste (e mais especificamente da Paraíba) situa-se no seu subdesenvolvimento, face o Centro-Sul do País (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1967). O que vale dizer no nível de pobreza em que está mergulhada a maioria da população da Paraíba.

Gráfico 3 – PIB* per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba entre 2002 e 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Nota: (*) valores constantes a preços de 2016.

As informações acima comentadas são suficientes para exprimir o grau de defasagem do desenvolvimento da socioeconomia paraibana. Porém, o panorama é bem mais grave do que o indicado pelo PIB per capita estadual. Os dados da Tabela 4 permitem avançar no aprofundamento da gravidade do problema. Dois aspectos importantes podem ser destacados da análise dessas informações:

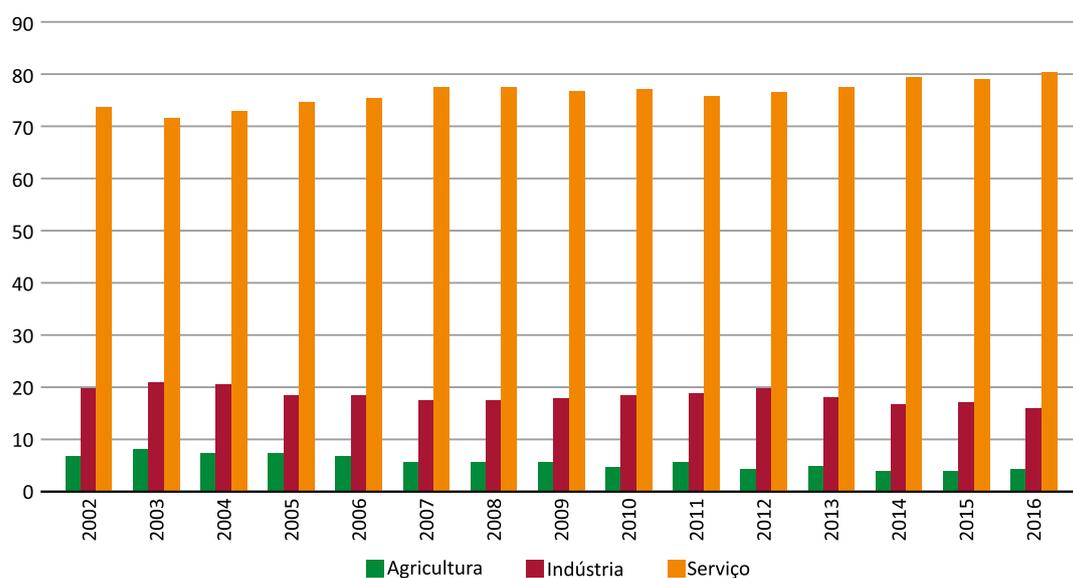
Tabela 4 – Paraíba: Distribuição do número de municípios segundo classe do PIB per capita por mesorregião – 2016

PIB per capita (R\$)	Mata Paraibana		Agreste Paraibano		Borborema		Sertão Paraibano		Total	
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%
5739 – 7996	5	16,7	28	42,4	12	27,3	35	42,2	80	35,9
7997 – 10255	11	36,7	27	40,9	27	61,4	37	44,6	102	45,7
10256 – 12514	2	6,7	8	12,1	4	9,1	6	7,2	20	9,0
12515 – 14746	5	16,7	-	-	1	2,3	3	3,6	9	4,0
14747 e mais	7	23,3	3	4,5	-	-	2	2,4	12	5,4
Total	30	100,0	66	100,0	44	100,0	83	100,0	223	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Quanto à composição do VAB estadual, como pode ser observado no Gráfico 4, tem-se uma forte preponderância do setor terciário sobre os dois outros setores. A média de participação do setor terciário no VAB, durante o período, foi de 80,3%, enquanto que a do setor agropecuário foi de 5,3% e a do setor industrial foi de 15,9%.

Gráfico 4 – Paraíba: Composição do Valor Agregado Bruto por setores de atividade (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) Elaboração própria.

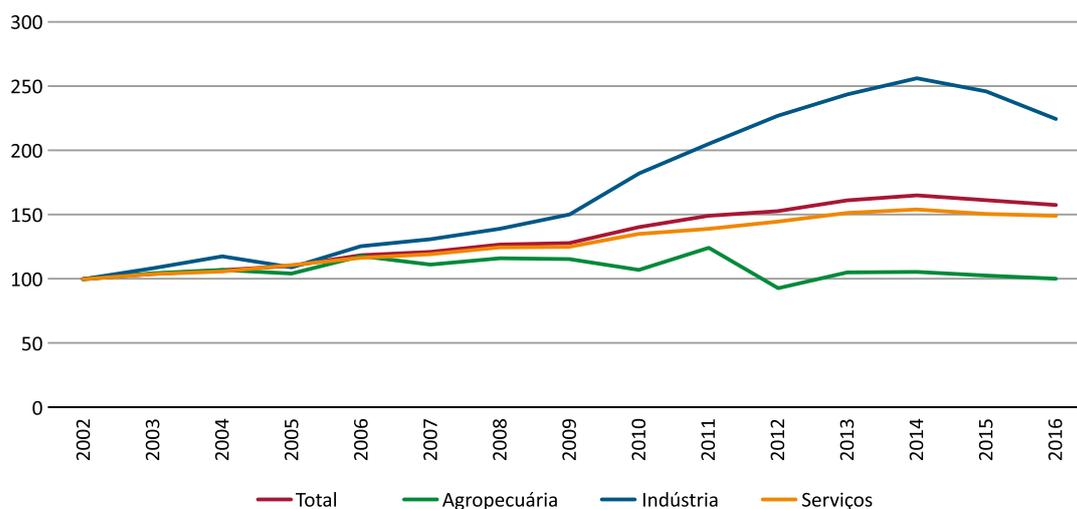
Vale lembrar que esse processo de preponderância do setor de serviços é uma tendência observável tanto em escala mundial quanto nacional (CARDOSO e ALMEIDA, 2013). Para esses autores:

A aceleração do crescimento do setor de serviços como participação do PIB vem sendo inegavelmente uma característica do padrão de crescimento mundial. Observando a evolução e crescimento do setor de serviços no Brasil, podemos apontar para um movimento no sentido de uma “economia de serviços”, seguindo o padrão de desenvolvimento da economia mundial. O setor vem perdendo muito de seu caráter residual na economia e transformando-se de produtos intangíveis num serviço moderno intensivo em informação e conhecimento, de modo que em muitos setores de serviço a capacidade de padronização e operação em larga escala vem se perpetuando da mesma forma que nos setores primário e secundário da economia, sendo, portanto, um fator de insumo importante para os demais setores. (CARDOSO e ALMEIDA, 2013, p.2)

No caso da Paraíba, essa tendência assume um caráter particular. Além de fatores disseminados nas diferentes escalas tais como processo de urbanização, crescente importância do setor financeiro, mudanças tecnológicas que tornam tênues os limites entre o setor terciário e o setor de serviços, tem-se um superdimensionamento da administração pública. No Estado, a administração pública era responsável por 41,3% do VAB do setor terciário, em 2016, e por um terço do VAB estadual. Enquanto isso, em São Paulo, a administração pública representava apenas 9,6% do VAB total. Esse confronto evidencia a fragilidade da economia paraibana, sobretudo nos momentos de crise, pois a dinâmica do Estado depende das suas receitas, fortemente afetadas nos momentos de crise econômica.

No tocante à evolução dos três setores produtivos no período em tela, os dados expostos no Gráfico 5 mostram os seguintes aspectos:

Gráfico 5 – Paraíba: Evolução do VAB dos setores produtivos estaduais no período de 2002 a 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

- o setor industrial foi o que apresentou o melhor dinamismo, tendo concorrido, para tanto, a política mais agressiva do Governo Estadual, como já frisado anteriormente, bem como o dinamismo do segmento da construção civil estimulado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, implantado pelo Governo Federal;
- o setor terciário definiu a trajetória do VAB estadual, mostrando, no entanto, uma evolução mais modesta, influenciada pelo menor dinamismo da administração pública cujo VAB cresceu apenas 29% no período;
- o setor agropecuário, desde 2011, registrou uma redução na sua contribuição para a economia estadual, reflexo da longa e severa seca que se abateu sobre o território estadual.

3 Comportamento dos Setores Produtivos

Após essas considerações gerais sobre o desempenho econômico estadual, passa-se a discutir a dinâmica econômica segundo os setores de atividades.

3.1 Evolução do setor agropecuário paraibano

Durante as últimas décadas, observa-se um ritmo de crescimento bastante lento e errático da produção agropecuária estadual. De acordo com os dados da Tabela 5, entre 2002 e 2016, o valor agregado do setor agropecuário paraibano cresceu apenas 0,4%, enquanto o valor agregado total cresceu 57,1%. A defasagem no ritmo de crescimento entre essas duas variáveis acentuou-se, principalmente, após 2011.

Tabela 5 – Paraíba: Evolução do Valor* Agregado Total e Agropecuário - 2002 a 2016 (Em mil R\$)

Anos	Total	Índice	Agropecuário	Índice
2002	33.613.127	100,0	2.162.435	100,0
2003	35.345.372	105,2	2.311.560	106,9
2004	36.570.600	108,8	2.313.427	107,0
2005	37.389.099	111,2	2.281.634	105,5
2006	40.103.946	119,3	2.556.225	118,2
2007	40.883.988	121,6	2.410.633	111,5
2008	42.592.102	126,7	2.543.116	117,6
2009	43.200.596	128,5	2.489.599	115,1
2010	47.363.486	140,9	2.337.112	108,1
2011	50.022.217	148,8	2.706.697	125,2
2012	51.725.890	153,9	2.005.949	92,8
2013	54.498.774	162,1	2.283.835	105,6
2014	55.651.620	165,6	2.310.308	106,8
2015	54.345.377	161,7	2.250.263	104,1
2016	52.822.399	157,1	2.170.748	100,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Nota: (*) Valores corrigidos pelo IGP-DI, tomando 2016 como ano base.

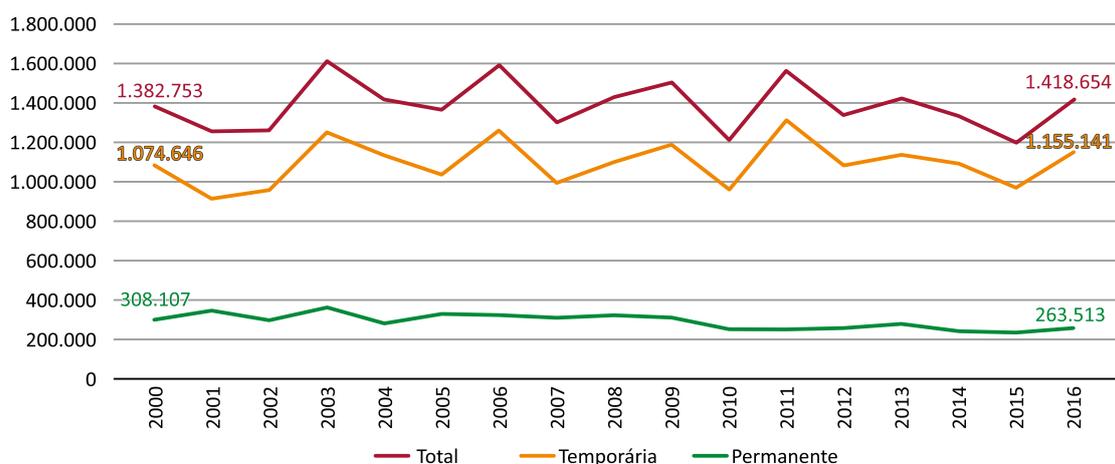
Uma série de fatores tem contribuído para isto. Em primeiro lugar, a ocorrência de um longo período de seca que afetou o Estado: de 2011 a 2016. A seca atingiu todas as mesorregiões paraibanas, inclusive a mesorregião da Mata Paraibana. Em segundo lugar, a crise do setor sucroalcooleiro que iniciada na segunda metade dos anos 1980 prolongou-se na década de noventa e só foi parcialmente superada nos anos 2000 com a retomada do preço do açúcar no mercado mundial, estimulando a produção açucareira paraibana, que, mesmo assim, não conseguiu voltar para o patamar atingido no auge do Proálcool, quando a Paraíba produziu 12 milhões de toneladas de cana. Em terceiro lugar, a produção pecuária também teve um desempenho bastante fraco. A título de ilustração, o rebanho bovino estadual, em 2015, era inferior ao de 1989 (cerca de 1,4 milhão de cabeças). Esses aspectos serão melhor evidenciados ao se discutir com maiores detalhes o desempenho da produção agropecuária estadual, como será feito a seguir.

3.1.1 Desempenho da produção de lavoura

Pode-se afirmar que o setor agropecuário paraibano tem experimentado um longo período de crise, iniciado na década de 1970, com o declínio dos preços do algodão e do sisal no mercado internacional, em virtude da substituição dessas fibras naturais pelas fibras sintéticas, de um lado, e do aumento da produção dessas lavouras em outros espaços (expansão do sisal na África, e do algodão, inicialmente, no Sudeste e depois no Centro-Oeste). No caso da cotonicultura, o golpe final veio com a praga do bicudo, que dizimou com a lavoura no Estado, principalmente o algodão mocó produzido no Sertão. O cultivo dessas lavouras comandou o processo de organização do espaço na região semiárida do Estado (MELO, 1958), de modo que o seu declínio implicou completa desorganização do espaço agrário da região semiárida paraibana (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esse contexto de crise foi, parcialmente, compensado com a expansão da lavoura canavieira, decorrente da implantação do Proálcool (TARGINO e MOREIRA, 1986). Com efeito, o Proálcool teve impactos significativos na agroindústria sucroalcooleira do Estado: expansão da área cultivada, forte crescimento da produção de cana-de-açúcar, aumento do número de usinas e de destilarias anexas e autônomas, intensificação dos processos de mecanização e de quimificação, ampliação do trabalho assalariado etc. (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em resumo, o setor agropecuário paraibano tem passado por um longo período de crise, em virtude dos problemas que afetaram as suas principais lavouras comerciais (cana, algodão e sisal), sem que tenham surgido outras culturas em sua substituição. Os dados expostos no Gráfico 6 evidenciam que o problema da agricultura estadual não foi superado.

Gráfico 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes e temporárias (2000-2016) (Em mil R\$)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: valor constante a preços de 2016.

Como se pode observar, em 2016, o valor da produção das lavouras permanentes e temporárias era praticamente o mesmo do registrado em 2000. Isto é, ao longo de 16 anos, não houve nenhum sinal de recuperação econômica da produção de lavouras no Estado. Na década de 2010, situou-se abaixo da tendência do período em foco, em razão da longa estiagem que se abateu sobre a Unidade da Federação.

Esse desempenho das lavouras, nas duas últimas décadas, deve-se principalmente às lavouras temporárias. Como elas contribuíram, em média, com 78% para o valor da produção de lavouras, são elas que definem a dinâmica da produção total como é facilmente verificável no Gráfico 6. No início do período, as lavouras temporárias alcançaram o valor de R\$1,07 bilhão, representando 77,7% do valor total das lavouras. No final do período, atingiam o valor de R\$1,15 bilhão, equivalente a 81,4% do valor total das lavouras (veja Tabela 6).

Tabela 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras temporárias e permanentes -2000-2016 (Em mil reais)

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2000	1.074.646	77,7	308.107	22,3	1.382.753	100,0
2001	906.297	72,2	348.291	27,8	1.254.588	100,0
2002	962.059	76,4	296.688	23,6	1.258.747	100,0
2003	1.255.386	77,5	363.964	22,5	1.619.350	100,0
2004	1.128.825	79,9	283.751	20,1	1.412.576	100,0
2005	1.035.535	75,7	332.118	24,3	1.367.653	100,0
2006	1.267.698	79,3	329.939	20,7	1.597.638	100,0
2007	987.387	76,0	312.189	24,0	1.299.576	100,0
2008	1.100.443	77,0	328.617	23,0	1.429.060	100,0
2009	1.193.760	79,2	312.715	20,8	1.506.475	100,0
2010	948.331	79,0	252.481	21,0	1.200.812	100,0
2011	1.317.782	83,7	257.091	16,3	1.574.873	100,0

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2012	1.080.525	80,7	258.370	19,3	1.338.895	100,0
2013	1.137.420	80,0	285.154	20,0	1.422.575	100,0
2014	1.090.476	81,5	247.788	18,5	1.338.264	100,0
2015	964.392	80,1	240.136	19,9	1.204.528	100,0
2016	1.155.141	81,4	263.513	18,6	1.418.654	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: valor constante a preços de 2016.

Em contrapartida, a produção de lavouras permanentes iniciou o período com R\$ 308,1 milhões, o equivalente a 22,3% do valor da produção das lavouras. No último ano da série, o valor da produção dessas lavouras alcançou R\$ 263,5 milhões, representando 18,6% do valor total da produção de lavouras.

Ao contrário do que aconteceu com a produção de lavouras temporárias, houve declínio das lavouras permanentes, da ordem de 15% (veja Tabela 6). Esse declínio ocorreu, principalmente, na década de 2010.

3.1.1.1 Desempenho da produção de lavouras temporárias

A produção de lavouras temporárias está desigualmente distribuída no espaço paraibano. A mesorregião da Mata Paraibana, que corresponde apenas a 9,3% do território estadual, é responsável por 80% da produção dessas lavouras. As mesorregiões do Agreste Paraibano, Sertão Paraibano e Borborema concorrem com 16%, 2,7% e 1,1%, respectivamente (veja Tabela 7).

Tabela 7 – Paraíba: Distribuição do valor da produção de lavouras temporárias segundo as mesorregiões - (2016) (Em mil R\$)

Especificação	Valor	%
Paraíba	1.159.164,00	100,0
Sertão Paraibano	31.358,00	2,7
Borborema	12.975,00	1,1
Agreste Paraibano	185.824,00	16,0
Mata Paraibana	929.008,00	80,1

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Além dessa concentração espacial, há também concentração em termos de algumas lavouras. De acordo com a Tabela 8, a produção de lavouras temporárias está concentrada em cinco tipos de culturas: cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, feijão, milho e batata doce. Essas lavouras foram responsáveis, em média no período, por 93,8% do valor das principais lavouras temporárias.

Esse processo de concentração da produção é ainda mais grave quando se considera que apenas duas lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi), responderam, em média, por 70,39% do valor da produção das lavouras temporárias. As lavouras alimentícias tradicionais (feijão, milho, mandioca, batata-doce) têm um peso pequeno no conjunto da agricultura temporária estadual e estão fortemente sujeitas aos ciclos das secas, como pode ser observado com a participação dessas lavouras nos anos 2010. Isto é tão mais grave quando se constata que esses bens são majoritariamente produzidos nas pequenas propriedades (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014), evidenciando uma das faces da problemática da agricultura familiar estadual.

Tabela 8 – Paraíba: Valor* das principais lavouras temporárias -2000 a 2016 -Em mil R\$

Anos	Total	Principais lavouras temporárias (participação %)						
		Abacaxi	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	% do total
2000	1.078.389	20,96	2,94	33,40	17,81	5,81	8,47	89,39
2001	909.454	36,93	1,74	50,16	3,64	2,97	0,65	96,10
2002	965.409	25,96	2,32	38,21	13,68	6,20	7,27	93,63
2003	1.259.759	18,9	2,2	38,6	14,8	8,0	9,8	92,30
2004	1.132.756	22,94	3,26	39,35	12,60	7,46	4,43	90,05
2005	1.039.141	29,02	3,66	36,12	12,03	7,45	4,13	92,41
2006	1.272.114	21,94	2,79	37,60	16,74	5,07	8,68	92,82
2007	990.826	26,66	3,31	38,03	12,48	6,97	5,51	92,96
2008	1.104.276	21,57	3,60	30,10	18,77	8,06	8,09	90,19
2009	1.197.918	28,71	3,22	39,92	9,10	6,80	5,25	93,00
2010	951.634	35,39	3,73	45,24	2,82	8,00	0,84	96,02
2011	1.322.372	29,03	3,24	45,90	8,16	4,62	3,65	94,60
2012	1.084.288	38,47	2,21	48,81	0,97	6,18	0,55	97,19
2013	1.141.382	35,14	2,96	41,66	5,46	7,65	1,89	94,75
2014	1.094.274	33,56	2,94	47,49	3,46	6,74	1,91	96,10
2015	967.751	36,71	3,68	46,85	1,60	6,90	0,79	96,53
2016	1.159.164	27,70	3,21	55,98	2,83	6,83	0,99	97,55

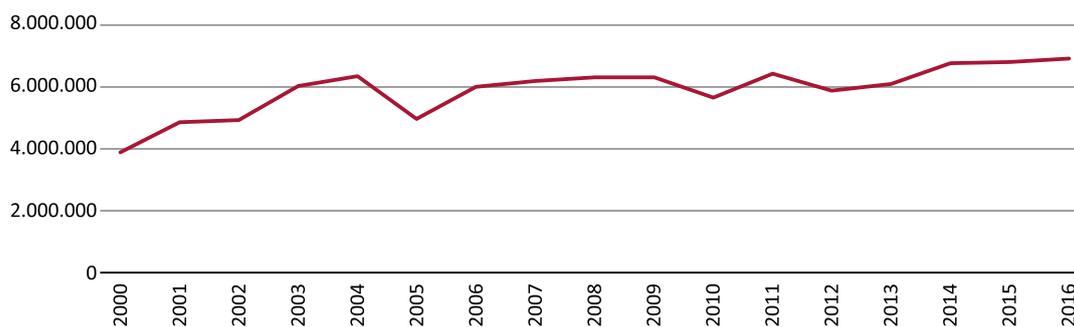
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: (*) Valor em real de 2016.

A fragilidade desse segmento do setor primário estadual fica também patenteadada ao se analisar a trajetória da evolução das suas principais lavouras durante o período em estudo. Da observação dos Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12, podem ser feitas as seguintes constatações:

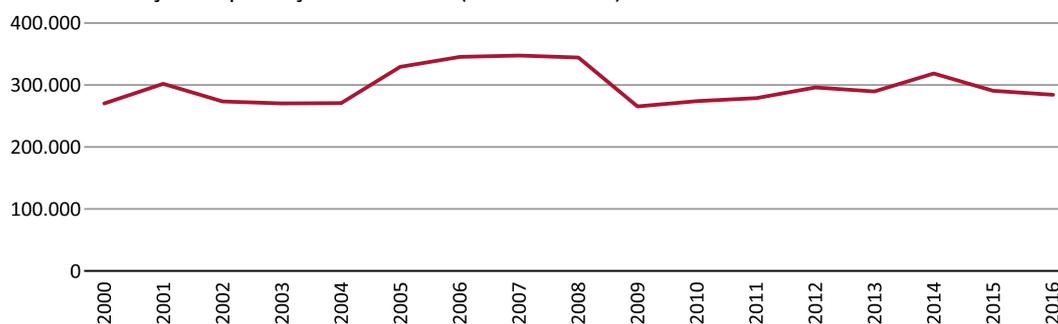
- a) A cana-de-açúcar foi a única lavoura que traçou um movimento ascendente durante o período. Apesar disso, o nível de produção ainda situou-se abaixo daquele registrado na década de 1980, no auge do Programa Nacional do Alcool (10,7 milhões de toneladas). Importa ressaltar que esse cultivo não foi afetado pelo período de estiagem, tendo em vista a prática de irrigação utilizada bastante disseminada. Com efeito, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, essa lavoura é identificada como aquela que detém a maioria dos equipamentos de irrigação do Estado (TARGINO e MOREIRA, 2006).
- b) O cultivo do abacaxi, concentrado na mesorregião da Mata Paraibana e em alguns municípios do Agreste Paraibano, manteve-se em torno de 300 mil frutos anuais, depois de ter experimentado um crescimento significativo na década de 1990 (TARGINO e MOREIRA, 2006). Por se tratar de uma bromeliácea, o abacaxizeiro consegue captar a água que necessita através das suas folhas, principalmente em áreas de elevada umidade do ar, o que explica não haver significativa retração da produção em decorrência do período de estiagem (REINHARDT, 2015).

Gráfico 7 – Evolução da produção de cana-de-açúcar (em toneladas)



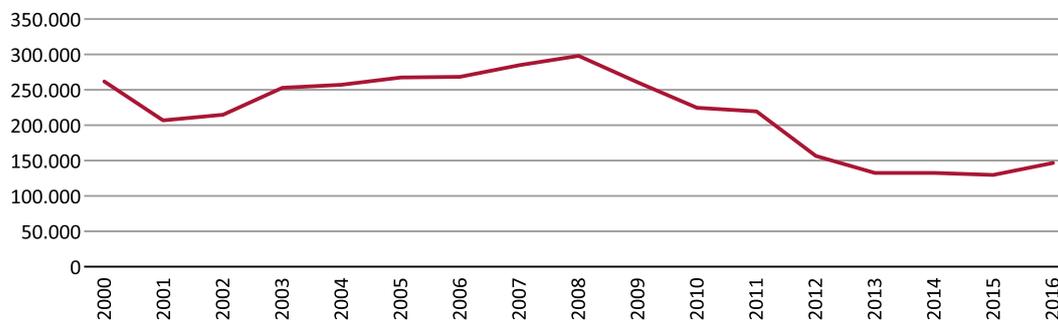
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 8 – Evolução da produção de abacaxi (em toneladas)



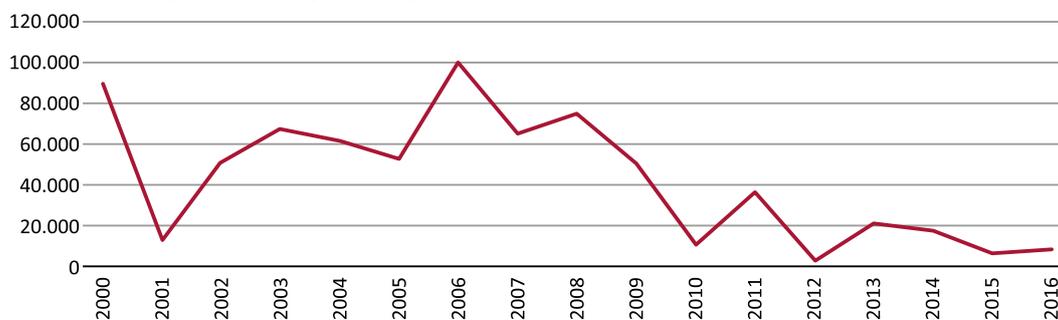
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 9 – Evolução da produção de mandioca (em toneladas)



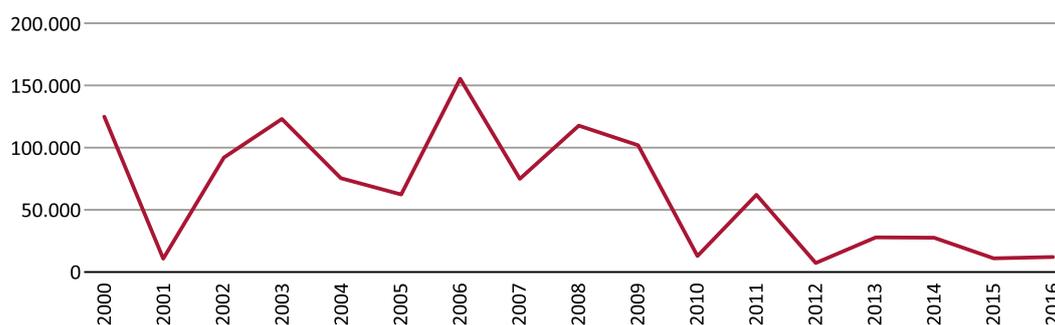
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 10 – Evolução da produção de feijão (em toneladas)



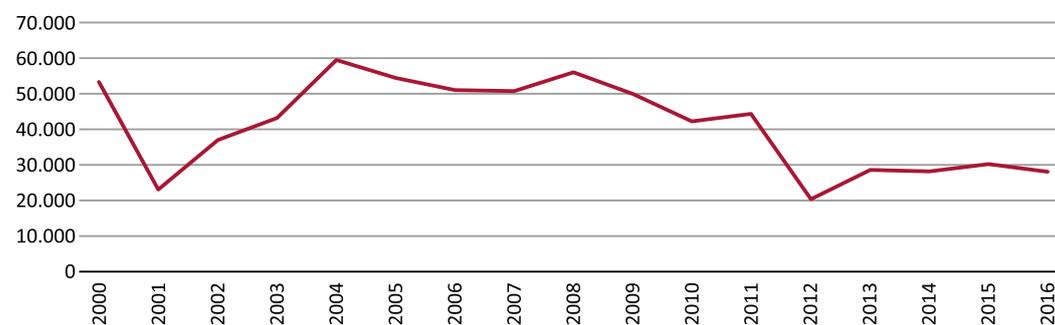
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 11 – Evolução da produção de milho (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 12 – Evolução da produção de batata doce (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

- c) As lavouras alimentares tradicionais (mandioca, feijão, milho e batata doce) mostram claramente um movimento descendente de sua produção. São elas as mais suscetíveis às intempéries climáticas, com claros efeitos sobre o nível de renda dos pequenos produtores, uma vez que são eles os principais responsáveis por esse segmento produtivo.

3.1.1.2 Desempenho da produção de lavouras permanentes

Em relação às lavouras permanentes, também se constata uma concentração espacial da produção. Só que nesse caso, a maior concentração da produção ocorre na mesorregião do Agreste Paraibano (66,2%) e, em segundo lugar, na mesorregião da Mata Paraibana (24,4%). As mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema, apesar de deterem 68% do território estadual, só contribuem com 9,4% do valor da produção das lavouras permanentes (veja Tabela 9). A produção no Agreste Paraibano está localizada, principalmente, na microrregião do Brejo Paraibano, que resultou da substituição da cana-de-açúcar com o fim do Proálcool, pelo cultivo da banana.

Tabela 9 – Paraíba: Valor da produção das lavouras permanentes segundo as mesorregiões em 2016 (Em mil reais)

Mesorregiões	Total	Principais lavouras permanentes					Subtotal	%
		Banana	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá		
Sertão Paraibano	19.871	11.458	5.377	-	1.675	-	18.510	7,5
Borborema	4.950	697	916	654	402	1.320	3.989	1,9
Agreste Paraibano	175.081	126.449	2.354	1.623	3.908	9.700	144.034	66,2
Mata Paraibana	64.529	5.608	14.818	33.049	2.640	5.988	62.103	24,4
Total	264.431	144.212	23.465	35.326	8.625	17.008	228.636	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

A baixa participação na produção de lavouras permanentes das mesorregiões onde incide, com maior intensidade, a semiaridez na Paraíba, contrasta com o que ocorre em outros Estados do Nordeste, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Isso em virtude da ausência de projetos de irrigação significativos (TARGINO e MOREIRA, 2006).

Como mostram os dados da Tabela 10, também ocorre nas lavouras permanentes uma concentração da produção em poucas lavouras: banana, mamão, coco, maracujá, manga e castanha de caju. Tais produtos, na média do período em tela, contribuíram com 87,8% do valor das lavouras permanentes no Estado. Ressalta-se que só a banana contribuiu com mais da metade desse valor (54,7%).

Tabela 10 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes por principais produtos - 2000-2016 - (Em mil R\$)

Anos	Total	Banana	Castanha de caju	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá
2000	309.315	165.408	12.461	29.640	29.953	16.970	27.948
2001	349.504	185.675	8.344	29.173	63.177	30.937	5.024
2002	297.721	165.652	5.327	27.954	54.236	11.930	6.021
2003	365.232	230.576	5.666	28.508	46.172	12.761	5.955
2004	284.740	173.119	5.341	31.882	23.368	10.766	6.044
2005	333.275	207.467	5.641	33.829	24.525	11.373	8.095
2006	331.088	185.961	5.536	36.437	36.318	10.848	9.284
2007	313.276	185.214	4.969	32.329	30.099	10.336	10.435
2008	329.761	191.012	5.313	33.677	35.922	11.889	12.035
2009	313.805	174.337	5.126	38.887	32.474	9.490	9.912
2010	253.360	129.775	3.397	39.293	30.649	9.825	6.641
2011	257.987	136.247	3.051	37.221	27.205	9.192	8.274
2012	259.270	111.427	1.646	41.764	52.989	8.228	10.630
2013	286.148	139.064	2.158	45.048	38.627	9.960	12.082
2014	248.651	112.434	2.048	32.143	39.174	9.595	14.830
2015	240.973	120.213	1.922	24.525	32.170	10.452	17.175
2016	264.431	144.211	1.986	23.465	35.327	8.625	17.008

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Nota: (*) Valor a preços de 2016.

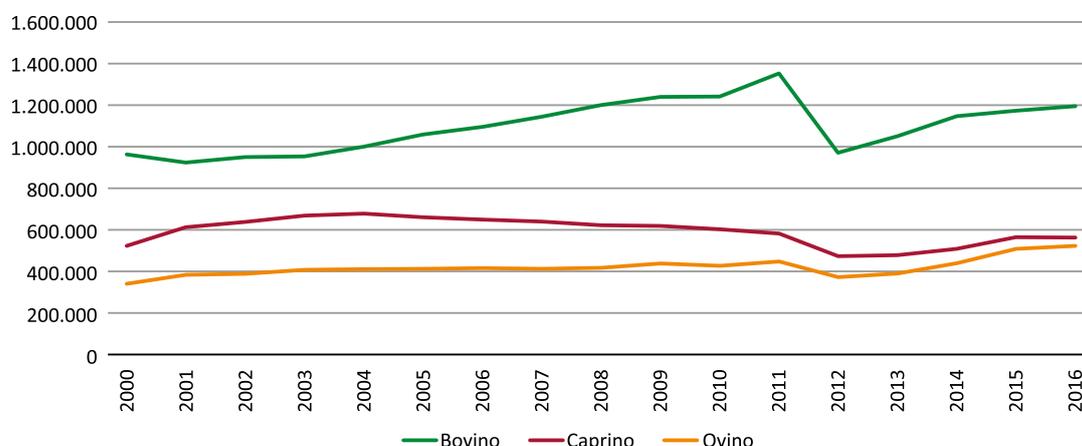
Da discussão sobre o desempenho da produção de lavouras merecem ser retidos alguns aspectos que evidenciam a fragilidade desse segmento produtivo paraibano: a) preponderância das lavouras temporárias que se concentram em dois tipos de lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi); b) concentração espacial da produção de lavouras permanentes, principalmente na mesorregião da Mata Paraibana e na microrregião do Brejo Paraibano; c) esvaziamento na produção agrícola das duas mesorregiões com maior incidência de semiaridez. Além desses aspectos, convém lembrar outras dimensões do problema, não tratadas aqui: a) forte concentração da propriedade privada (Gini = 0,83); b) precariedade da base técnica da produção; c) insuficiência das práticas de irrigação e; d) carência de assistência técnica etc. (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014). Vale salientar, também, que não existe, afóra o complexo sucroalcooleiro, nenhuma agroindústria de maior expressão econômica no Estado.

3.1.2 Desempenho da produção pecuária

A produção animal estadual, principalmente a bovinocultura, experimentou grande impulso entre as décadas de 1960 e 1980, estimulada pela disponibilidade de crédito e pela política de incentivos fiscais patrocinada pela Sudene, gerando aumento da demanda por carne e por laticínios, decorrente do processo acelerado de urbanização (MOREIRA e TARGINO, 1997). O maior efetivo alcançado pelo rebanho bovino paraibano foi em 1989 com 1.458.629 cabeças.

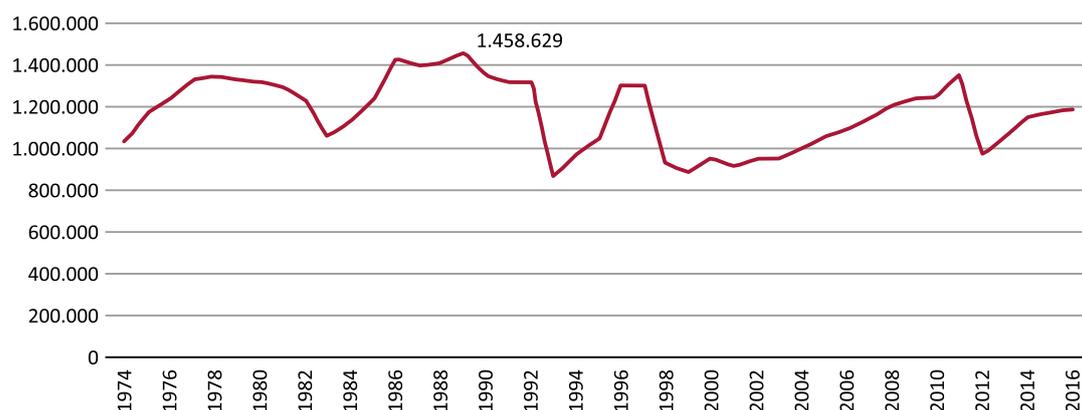
Atualmente, a produção pecuária estadual está concentrada em três segmentos: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura, com a predominância do primeiro, como pode ser visto no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Paraíba: evolução do efetivo dos principais rebanhos (2000-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

Gráfico 14 – Paraíba: Evolução do rebanho bovino (1974-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

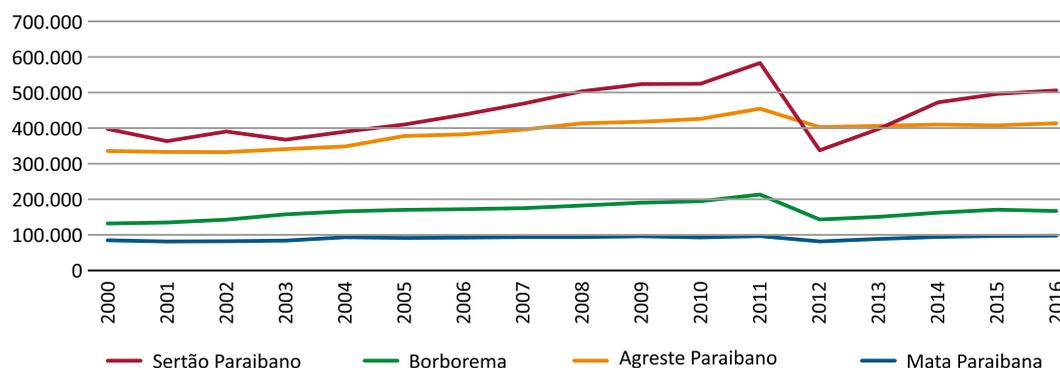
A visão oferecida pelo Gráfico 13 deixa transparecer a ideia de que esse rebanho estaria numa trajetória ascendente. No entanto, a série histórica oferecida pela Pesquisa Pecuária Municipal, iniciada em 1974, mostra que não é essa a realidade (veja Gráfico 14). De fato, a bovinocultura estadual tem registrado um movimento cíclico, que guarda estreita vinculação com os períodos de seca. Isto é, quando ocorre uma seca, há um decréscimo do rebanho, que se recupera aos poucos com o fim do período de restrição climática. Porém, nas duas últimas décadas, o tamanho do rebanho permaneceu sempre abaixo do nível alcançado em 1989. Embora o efetivo do rebanho bovino estadual não tenha desenvolvido a mesma tendência do rebanho nacional (trajetória de crescimento continuada), podem ser constatadas algumas mudanças significativas nas práticas de criação tais como: melhoria genética do rebanho com a introdução de novas raças: beduínos, holandês e guazará; melhoria no controle sanitário; mudanças no padrão alimentar; introdução da ordenha mecânica etc. (MAIA, 2014).

Quanto aos rebanhos de médio porte, os mais expressivos são os de ovelha e de cabra (veja Gráfico 13). Nas últimas décadas, experimentaram um movimento de crescimento, não obstante os impactos do último período de seca, que foram relativizados pela política adotada pelo governo do Estado de distribuição de ração e pelo esforço de substituição do tipo da palma forrageira que foi infestada pela praga da colchonilha de carmim. Para o bom desempenho desses dois rebanhos, foi fundamental a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), modalidade leite, que provocou uma estabilização do mercado dos produtos desse rebanho, particularmente do leite (DUQUE, 2007; REGO, 2019). A implantação do PAA

leite propiciou a implantação de vários laticínios, sobretudo na mesorregião da Borborema, principal área de concentração desses rebanhos.

No tocante à distribuição espacial da pecuária, constata-se que ela predomina nas mesorregiões de clima semiárido. A bovinocultura predomina nas mesorregiões do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano (veja Gráfico 15). O peso da bovinocultura nessas mesorregiões foi responsável pela constituição do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema policultura-gado-algodão no Agreste, de acordo com Melo (1958) e Andrade (1980). A baixa presença desse rebanho na Mata Paraibana e na Borborema explica-se pelo exclusivo canavieiro e pelas restritivas condições climáticas, respectivamente.

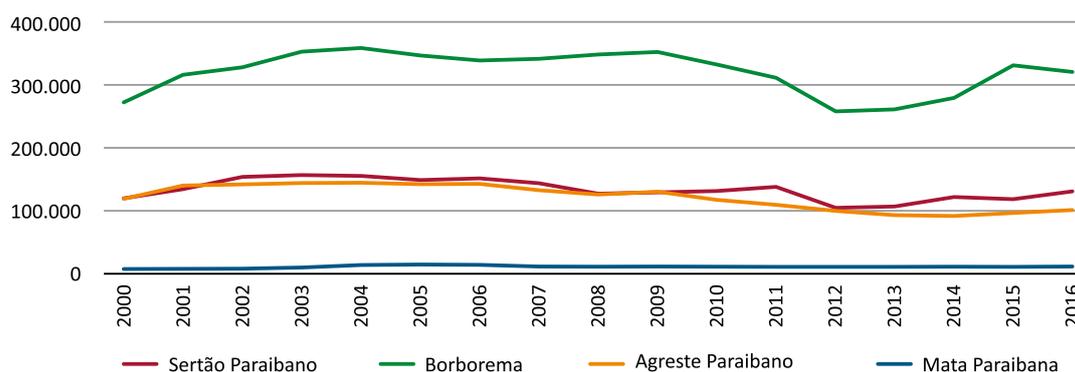
Gráfico 15 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho bovino (2000-2016)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2017)

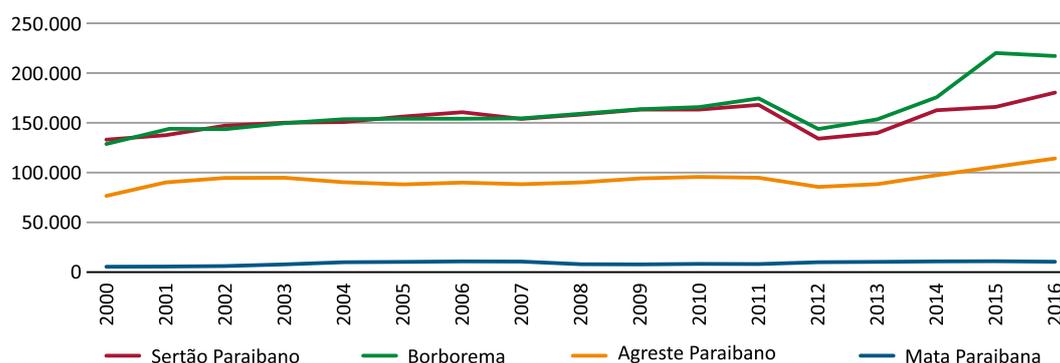
Há uma forte especialização espacial em relação à caprinocultura. Como pode ser observado no Gráfico 16, esse rebanho está localizado principalmente na mesorregião da Borborema. Além das condições climáticas propícias à caprinocultura e da implantação do PAA-Leite, deve-se lembrar que o Governo Estadual também adotou um programa de incentivo a esse criatório que implicou melhoria genética do rebanho, disseminação de cuidados sanitários, prestação de assistência técnica etc. (GALVÃO et al., 2006). No tocante à ovinocultura, esta ocorre de forma disseminada no território paraibano, à exceção da Mata Paraibana, cujo rebanho é inexpressivo. Isto é, tal rebanho localiza-se, predominantemente, nas áreas semiáridas, com maior expressão nas mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema. Deve ser observado, também, que a ovinocultura registra uma tendência positiva de crescimento nas três principais mesorregiões onde é explorada.

Gráfico 16 – Paraíba: Distribuição espacial da caprinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

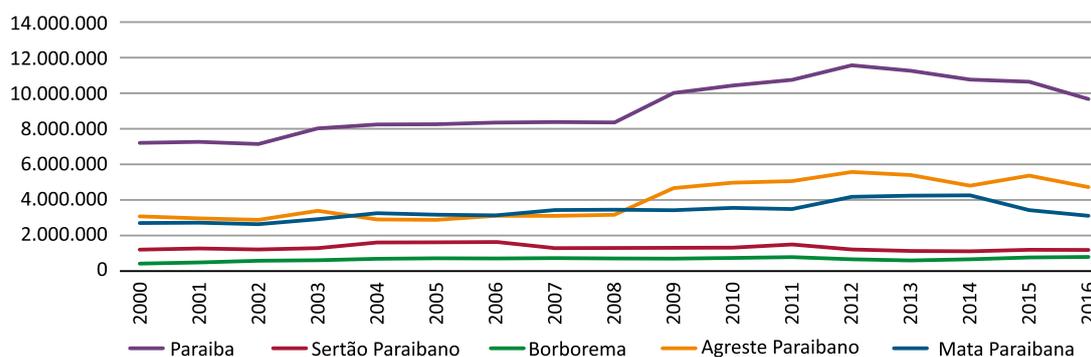
Gráfico 17 – Paraíba: Distribuição espacial da ovinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

Ainda em relação à criação de animais, importa destacar o comportamento do segmento dos galináceos, que no período em estudo teve um comportamento ascendente até 2012, quando praticamente dobra o número de animais (veja Gráfico 18). A produção está concentrada nas mesorregiões do Agreste Paraibano e da Mata Paraibana.

Gráfico 18 – Paraíba: Evolução do criatório de galináceos segundo as mesorregiões (2000 -2016)



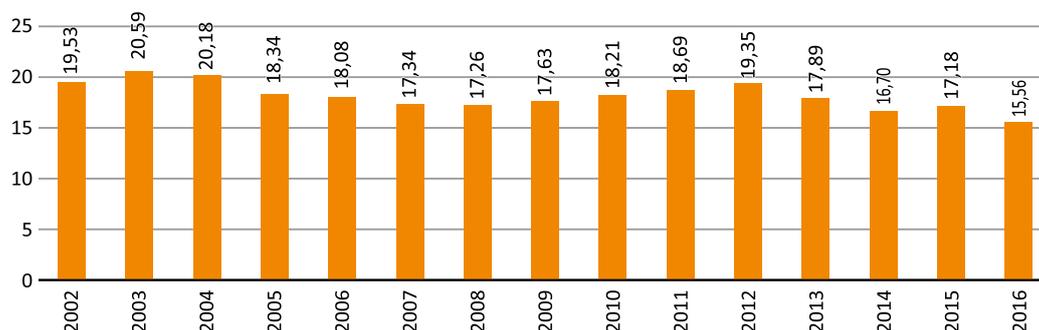
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

A produção de galináceos tem dois segmentos distintos no Estado. O primeiro está relacionado com a agricultura familiar, representado pela produção de galinhas caipiras e de capoeira, atividade tradicionalmente sob responsabilidade feminina. Algumas ONG's, a exemplo da ASPTA, têm estimulado e orientado essa produção como forma de fortalecimento da renda familiar. O segundo segmento guarda uma feição estritamente capitalista e é capitaneado no Estado pela empresa Guaraves, que tem fortalecido a sua produção através do sistema de franquias. Além da criação, a empresa também é responsável pelo abate e distribuição do produto tanto na Paraíba quanto em supermercados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco (CORREIA, 2018).

3.2 Comportamento da indústria paraibana na fase contemporânea

Ao se examinar a evolução setorial da economia paraibana na fase mais recente, constata-se que o setor industrial apresentou uma trajetória declinante no que se reporta à sua participação no Valor Agregado Bruto estadual. Em 2000, o VAB industrial representava 19,5% do VAB paraibano. Conforme é possível observar no Gráfico 19, a participação relativa do setor industrial no PIB estadual, em 2016, era de apenas 15,56%.

Gráfico 19 – Participação percentual do Valor Agregado Bruto Industrial no Valor Agregado Bruto da Paraíba (2002 a 2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

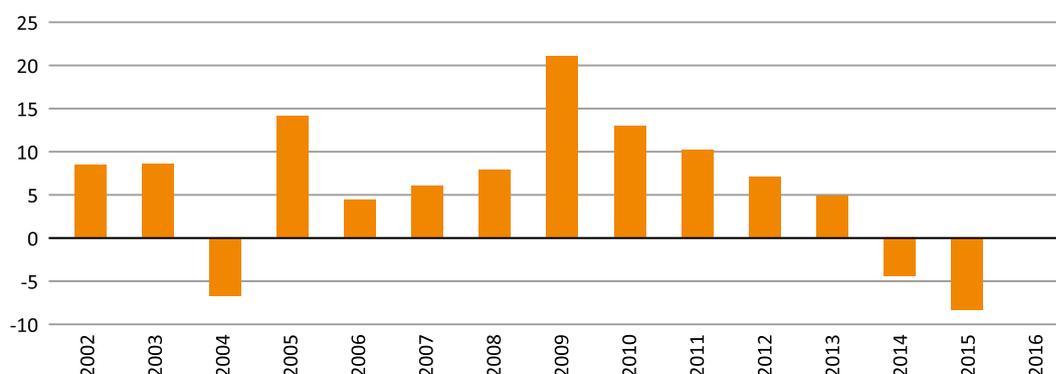
Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE, até meados dos anos 1980, contribuíram para a expansão da capacidade de produção industrial no Estado. Na década de 1990, a renúncia tributária de ICMS oferecida pelo Governo Estadual, através, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) e o Programa Lotes e Galpões, também atraiu indústrias para a Paraíba (POLARI,2012; BRASIL, 2005)⁴.

Alguns aspectos explicam a queda da importância da indústria na Paraíba nos referidos anos. A flexibilização de trabalho no setor secundário liberou mão de obra que, em parte, foi absorvida pelo setor de serviços. Nesse mesmo período, o setor terciário estadual apresentou expressiva expansão, com a instalação, no Estado, de empresas no sistema de telecomunicações; tecnologia da informação; serviços de transportes; serviços bancários; educação; consultorias técnicas, entre outros.

Entre os anos de 2007 e 2012, a participação da indústria estadual no total da produção de bens e serviços volta a crescer. A partir de 2007, a política macroeconômica do Governo Federal passa a ter um caráter mais desenvolvimentista. Nesse contexto institucional, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com uma projeção de realização de investimentos públicos diretos na ordem de R\$ 67,8 bilhões em quatro anos, distribuídos em: investimentos das estatais e financiamentos dos bancos oficiais. Alguns investimentos do PAC são efetuados no espaço estadual e impactam positivamente a indústria de construção civil.

No Gráfico 20, pode-se acompanhar a variação percentual anual da indústria paraibana. Entre os anos de 2002 a 2004, percebe-se que há uma retração de 9,27% no Valor Adicionado Bruto da indústria paraibana, a preços deflacionados pelo IGP DI de 2015. A crise energética de 2002 no País e a política fiscal e monetária ortodoxa adotada pelo Governo Federal entre 2003 e 2006, amparada em juros reais elevados, trouxe impactos para a retomada de investimentos que também alcança o espaço estadual.

Gráfico 20 – Paraíba: Variação percentual do VAB da indústria a preços de 2016 (2003 a 2016)

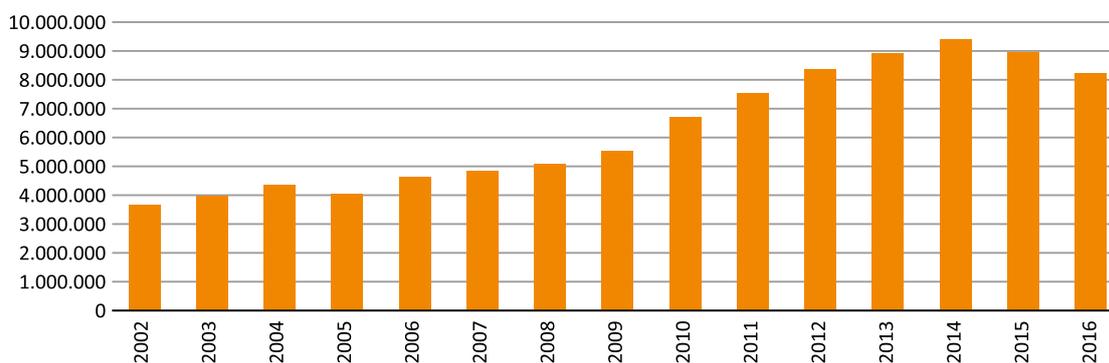


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

⁴ O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - FAIN foi criado em 29 de julho de 1986 através da Lei n. 4.856/86. Tal Fundo era gerido pela CINEP - Companhia de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, que era um órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICTCT.

O segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) traz um novo arranjo de políticas públicas no âmbito regional que reverbera nas economias estaduais. Há um grande estímulo à ampliação do investimento público em infraestrutura energética (petróleo, gás e energia elétrica), infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento), e infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) por intermédio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um conjunto de medidas de estímulo ao setor privado foi lançado no âmbito do PAC como a: redução do prazo de aproveitamento dos créditos do PIS/Cofins na construção ou reforma de instalações produtivas; concessão de crédito para as empresas na compra de material de construção; ampliação dos recursos do FGTS para o programa de compra da casa própria, disponíveis na Caixa Econômica Federal para população de baixa renda. A política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014, quando praticamente dobrou de valor (veja Gráfico 21).

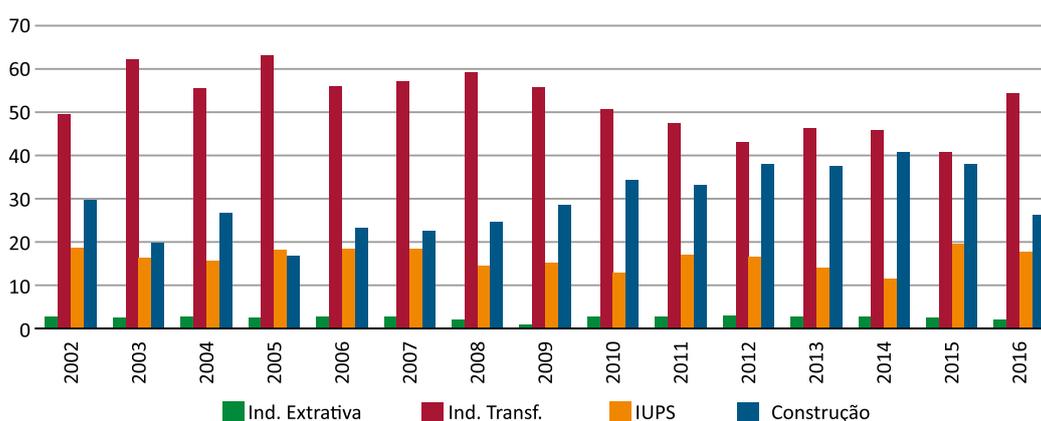
Gráfico 21 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor industrial a preços de 2016 (Mil Reais)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Ao se examinar a composição da produção industrial paraibana, vê-se que a indústria de transformação era a que mais se destacava em 2002, com uma participação percentual de 49,4%. A indústria de construção civil ocupava o segundo lugar, com um peso relativo de 29,6%, e, em seguida, a indústria de bens de utilidade pública industrial detinha uma participação de 18,6%. Em último lugar, aparecia a indústria extrativa mineral, com apenas 2,4% do total da produção do setor secundário estadual (veja Gráfico 22).

Gráfico 22 – Distribuição da produção industrial por tipo de indústria na Paraíba (2002 – 2016)

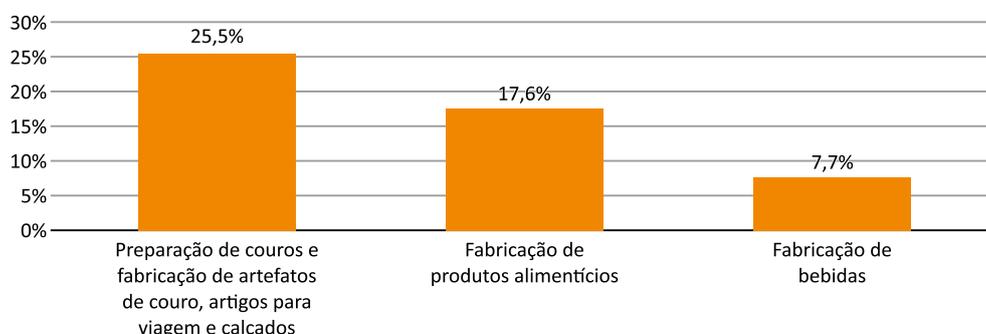


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Essa configuração se altera ao longo dos anos que vão de 2002 a 2016. Chama atenção o expressivo aumento da indústria de construção civil, sobretudo a partir de 2007, quando detinha 24,5% da produção industrial do Estado paraibano e chega a representar nada menos que 40,2% em 2014. É provável que esse desempenho tenha sido resultado, como já foi destacado acima, de um conjunto de medidas de

estímulo ao setor privado lançadas no âmbito do PAC.⁵ A indústria de transformação perdeu alguns pontos percentuais, mas continuou liderando a produção do setor secundário da Paraíba. É oportuno ressaltar que esse tipo de indústria agrega diversos segmentos industriais que estão distribuídos em quatro setores-soma: indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis; de bens de consumo duráveis; de bens intermediários e de bens de capital

Gráfico 23 – Paraíba: Participação dos principais setores no VAB do setor industrial (2015)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Cabe frisar, também, que a indústria calçadista e de alimentos, que fazem parte da indústria de transformação, sempre detiveram um peso importante na base produtiva industrial do Estado (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2014).

Por sua vez, notou-se que, mesmo num período de retração do desempenho da indústria em níveis nacional e estadual, a indústria produtora de bens de utilidade pública industrial conseguiu ampliar sua contribuição no setor secundário entre os anos de 2014 e 2016, de 11,3% para 17,6%. Possivelmente esse fenômeno esteja associado à realização de investimentos nos segmentos de eletricidade e gás, água, esgoto, ou em atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Nos últimos anos, cabe destacar a implantação do polo cimenteiro no Litoral Norte do Estado, com a construção de cinco novas unidades industriais⁶.

A indústria extrativa não conseguiu superar sua reduzida contribuição na produção industrial do Estado na fase mais recente. Esse tipo de indústria extrativa não experimentou mudanças significativas nas suas propriedades elementares. Citem-se, por exemplo, a indústria de extração de madeira, a produção de minerais metálicos e não metálicos.

É importante compreender a dinâmica do setor industrial na perspectiva espacial. Até a década de 1970, uma das características importante da indústria de transformação paraibana era a forte integração da atividade industrial com o setor agropecuário. São exemplos disso a relação entre a atividade pecuária e a indústria de beneficiamento de couro, a produção de algodão e as unidades de beneficiamento da fibra do algodão, a produção de cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira e a produção de rapadura. Isso garantia certa dispersão das unidades fabris pelo espaço paraibano (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2016).

Este cenário se altera a partir da década de 1980, quando o processo de globalização aliado à guerra fiscal entre os Estados leva ao deslocamento de indústrias têxtil e coureiro calçadista das regiões Sudeste e Sul para a Paraíba. Observa-se, então uma desarticulação da atividade industrial em relação à agropecuária estadual, o que implicou o fechamento de várias unidades fabris no interior do Estado, tal como ocorreu com as usinas de beneficiamento do sisal e do algodão que havia no interior da Paraíba (TARGINO, 2014). Por outro lado, o processo de concentração da população nos dois maiores centros urbanos determinou

5 O PAC contemplava cinco partes: medidas de infraestrutura (inclusive infraestrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa), estímulo ao crédito, desenvolvimento institucional, desoneração e medidas fiscais de longo prazo. Constatou-se que a política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014. Cresceu, em termos reais, em 43,1%. A expectativa era que os investimentos privados alcançassem a cifra de R\$ 503,9 bilhões no período do Programa, entre 2007 e 2010.

6 De acordo com o Governo do Estado, essas novas unidades transformarão a Paraíba no 2º maior polo cimenteiro do País, cuja produção está estimada em 10 milhões de toneladas ano (COM CINCO (...), 2014).

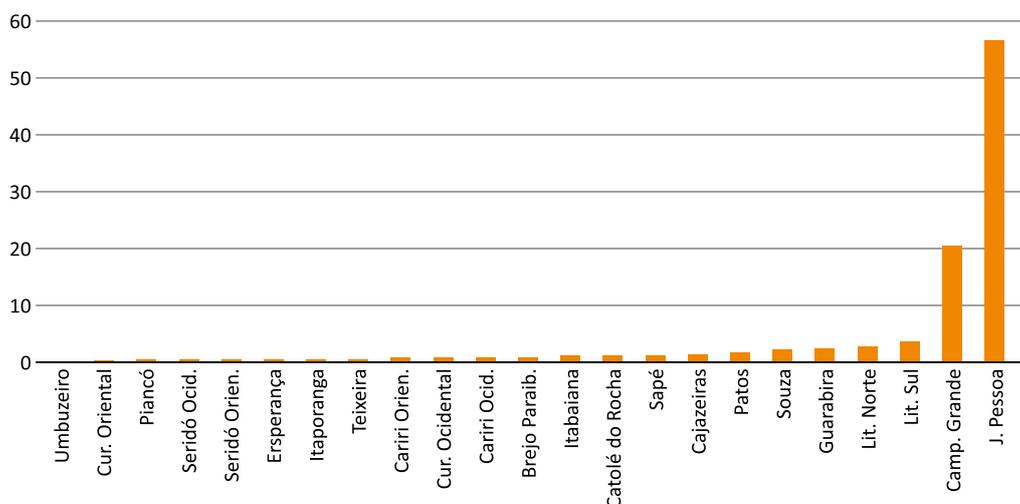
o adensamento da infraestrutura nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, incrementando o poder de atração desses dois polos sobre os investimentos industriais.

Quando se observa a distribuição espacial do Valor Agregado Bruto da indústria entre as Microrregiões do Estado em 2015, percebe-se que a maior parte da indústria estadual está localizada nas microrregiões de João Pessoa e Campina Grande (veja Gráfico 24).

As microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm, juntas, nada menos que 77% do Valor Agregado Bruto da indústria paraibana. Na microrregião de João Pessoa, destacam-se os municípios de João Pessoa e Cabedelo como importantes polos industriais. Na atualidade, os segmentos da indústria de transformação que mais se destacam em João Pessoa, são os produtores de bens de consumo não duráveis como: alimentos, vestuário, têxtil, calçados e bebidas.

Nos anos 1990, o governo da Paraíba adotou uma política pública de estímulo à transferência de capitais industriais para o interior da Paraíba. As políticas de incentivos promovidas pelas Unidades Federativas assumiram lugar de destaque após o declínio das superintendências de desenvolvimento regionais. Estados e municípios procuravam criar diferenciais locais através de um pacote de ações para estimular os empreendimentos industriais. Os Estados com economias menos dinâmicas procuravam compensar suas desvantagens através da adoção de incentivos próprios. O Governo Estadual, através do FAIN, concedia isenção de 100% de ICMS para empresas que optassem por instalar suas plantas industriais em municípios do sertão paraibano. À despeito das ações empreendidas pelo Governo Estadual no sentido de desconcentrar a indústria paraibana, percebe-se que, na fase contemporânea, essa distorção ainda persiste, o que contribui para agravar o fraco desempenho de diversas microrregiões.

Gráfico 24 – Paraíba: Distribuição % do Valor Adicionado Bruto da Indústria segundo as microrregiões paraibanas em 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Análise feita acima evidenciou alguns aspectos problemáticos do setor industrial paraibano, tais como: concentração em ramos pouco dinâmicos a exemplo de bens de consumo não duráveis; desarticulação com o restante dos setores de atividade e com o mercado interno⁷; forte concentração espacial nos dois polos urbanos mais importantes do Estado. Além desses aspectos, estudos identificam outros pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial, tais como: insuficiência da infraestrutura, particularmente a disponibilidade de água por ocasião das secas; escassez na oferta de serviços de sustentação da atividade industrial; limitação de recursos humanos qualificados etc. (ALBUQUERQUE e SOUZA, 2015; POLARI, 2012)

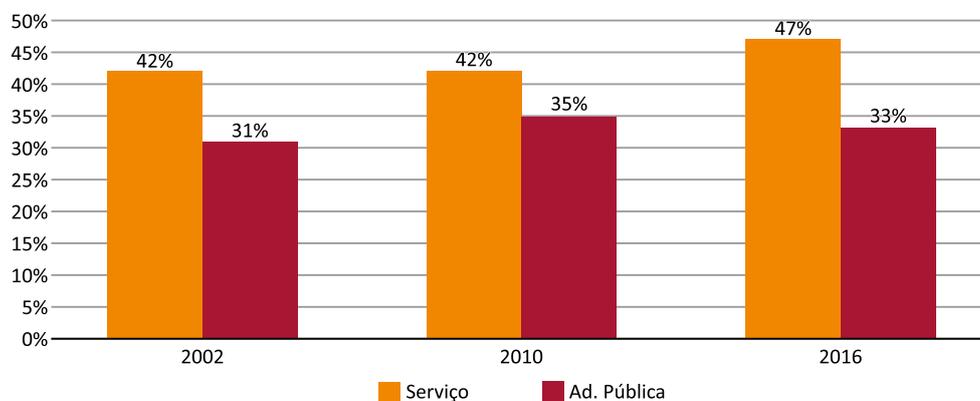
7 A produção das unidades fabris instaladas dos ramos têxteis e calçadista destina-se preferencialmente para exportação (MAIA, 2006).

3.3 Comportamento do setor de serviços e de administração pública

Nesta análise, optou-se em utilizar a mesma metodologia do IBGE quanto a apresentar o setor de serviços separado do setor da administração pública, o que permite avaliar o peso que esses segmentos representam no VAB do Estado da Paraíba. De toda a riqueza produzida, R\$ 24,8 bilhões foram adicionados pelo setor de serviços e R\$ 17,5 bilhões pela administração pública, o que representa 47,1% e 33,2%, respectivamente, do VAB estadual. Esses dois segmentos respondem por 80,3% de todo o VAB no ano de 2016.

Esse avanço pode expressar a retração de outros setores produtivos, conforme destacado para a agropecuária e indústria. Em particular, o setor de serviços aumentou 5 pontos percentuais no período em análise, enquanto a administração pública sofreu uma elevação de 2 pontos percentuais. Entre 2014 e 2016 houve uma retração de 15,4%, indicando uma possível tendência para este setor nos anos seguintes onde ficará mais exposta a contração do setor público na economia em nível nacional (veja Gráfico 25).

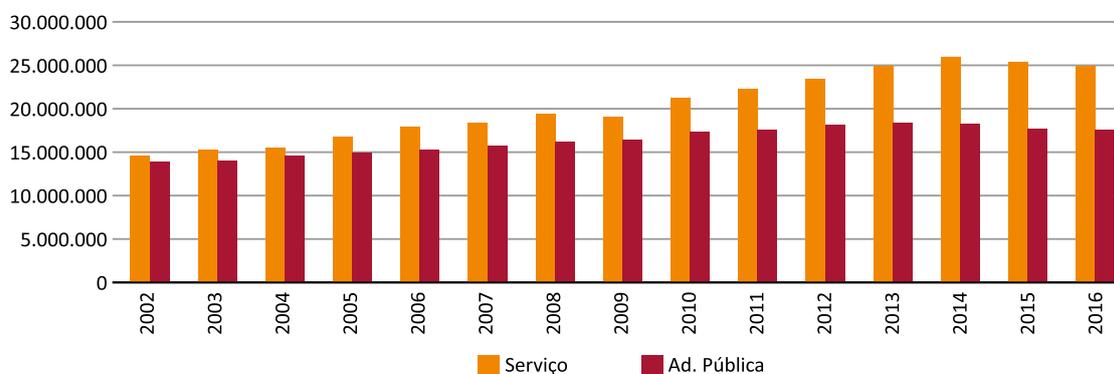
Gráfico 25 – Paraíba: Participação dos setores de serviços e administração pública no VAB em 2002, 2010 e 2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Da observação do Gráfico 26, verifica-se um comportamento ascendente no VAB do segmento de serviços até 2014. Nos dois anos seguintes há um recuo no VAB desse segmento, refletindo o que ocorre na economia brasileira. Desempenho similar tem o subsetor da administração pública. No entanto, a dinâmica do setor de serviços foi mais forte do que a da administração pública, como mostra o crescente diferencial dos valores entre esses dois subsetores.

Gráfico 26 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto dos setores de serviços e administração pública de 2002 a 2016 a preços constantes (Mil Reais)



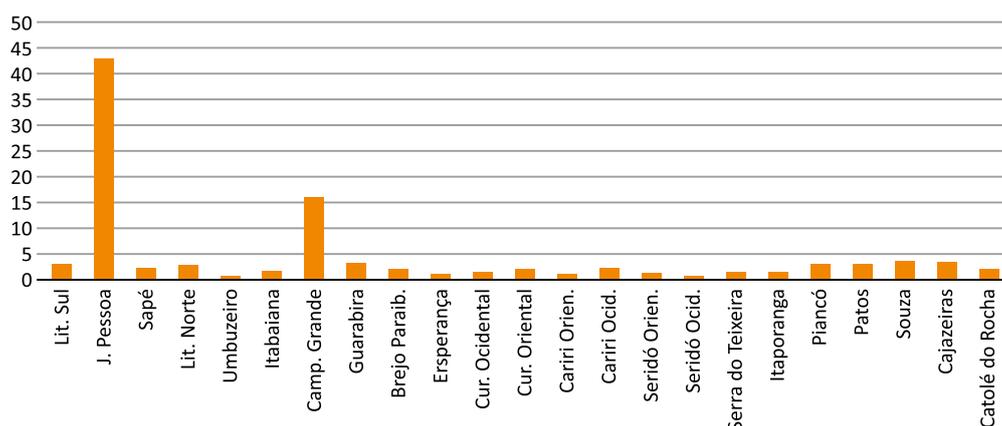
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

O menor dinamismo da presença da administração pública na economia do Estado está relacionado à queda nos valores das transferências institucionais da União e do Estado para os municípios, além da retração de investimentos do Governo Federal por meio de repasses de recursos para o financiamento de projetos. Tal situação ainda tende a se agravar nos anos seguintes. Como a maior parte dos municípios paraibanos depende das fontes de receitas intergovernamentais e é carente de receita própria e de capital, essa diminuição significa o encolhimento da administração pública no VAB e a diminuição da circulação de renda nos municípios.

Para o subsetor de serviços, a configuração da distribuição do VAB repete o perfil de concentração espacial já verificado para o setor industrial. Com efeito, as microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm importante participação no VAB do setor, com 42,9% e 15,9%, respectivamente, em 2016. Com exceção das microrregiões de Guarabira, Sousa, Cajazeiras e Patos que contribuem com valores em torno de 3%, cada uma, as demais exibem participação de menos de 2% no VAB (veja Gráfico 27).

No segmento da administração pública, observa-se, também, a presença marcante de João Pessoa (28,5%) e Campina Grande (12,8%), porém menos acentuada. Tem-se uma elevação discreta da participação relativa das outras microrregiões, com destaque para Sousa, Cajazeiras e Guarabira que ficaram acima de 4%, cada uma.

Gráfico 27 – Microrregiões da Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor de serviços a preços correntes em 2016 (Mil Reais)

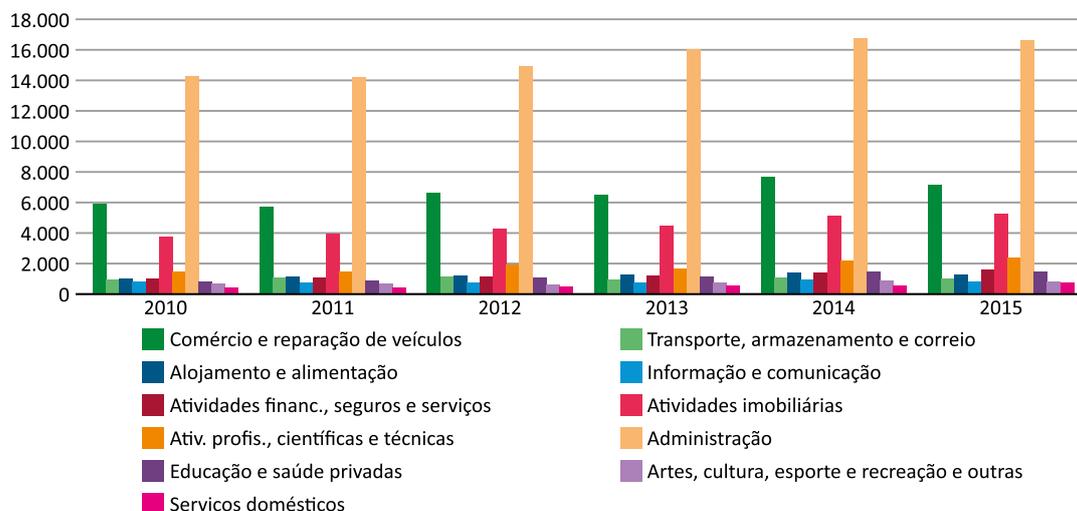


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No tocante ao desempenho do setor de serviços por subsetores e da administração pública, entre 2010 e 2015, foi possível constatar o importante papel do setor público no VAB produzido, apresentando ascensão até 2014 para depois apontar leve retração em 2015, crescimento de quase 17% no período. O subsetor de comércio e reparação de veículos automotores aparece com destaque e representa cerca de 31% do valor adicionado dos serviços, tendo apresentado taxa de crescimento de 17% (Gráfico 28).

O segundo subsetor de maior relevância é o de atividades imobiliárias, com volume de 23% no VAB do total dos serviços, com crescimento de 37%. Por outro lado, setores que têm menor participação em termos de valores absolutos no setor de serviços, apresentaram um desempenho significativo entre 2010 e 2015, destacando-se a educação e saúde privados, com crescimento de mais de 80%. Também foi relevante a ascensão dos subsetores de serviços domésticos (65%), atividades financeiras e seguros (56%) e atividades profissionais científicas e técnicas (62%), entre outras. Esse comportamento pode estar associado à expansão do setor imobiliário, do turismo, da ampliação da rede privada de ensino superior e da formalização do trabalho doméstico ao longo do período analisado.

Gráfico 28 – Paraíba: Valor Adicionado por subsetores de serviços e administração pública* de 2010 a 2015 (mil R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)
 *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Para caracterizar melhor o comportamento do setor de serviços, entre 2007 e 2015, chama atenção a expansão do número de novas empresas em alguns segmentos. As atividades imobiliárias apresentavam registro de 83 empresas em 2007, alcançando número quase cinco vezes maior em 2015, com taxa de crescimento de 370% em 8 anos. Esses dados podem expressar a pujança desse setor no Estado da Paraíba, fenômeno que pode ter sido impulsionado com a oferta de financiamentos subsidiados, sobretudo, pela Caixa Econômica Federal para aquisição de imóveis novos, como parte de programas do Governo Federal de apoio à aquisição da casa própria, voltados para o público de baixa renda.

As atividades de ensino continuado representam outro subsetor com forte crescimento no número de unidades empresariais, chegando a 250 estabelecimentos em 2015, com crescimento de 219%. Os estabelecimentos prestadores de serviços de alojamento e alimentação (124%), informação e comunicação (107%) e serviços prestados a empresas (101%), mais do que dobraram no período em análise, conforme a Tabela 11. Por outro lado, os serviços de correio e atividades de entrega, registraram queda de 17% no número de empresas, talvez como reflexo das mudanças na logística da distribuição de encomendas e nas inovações verificadas nos sistemas de informações permitindo a reestruturação do segmento.

Tabela 11– Paraíba: Número de empresas no setor de serviços de 2007 a 2015 (Unidades)

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	4933	5260	6319	6485	7565	7762	8256	9094	9242
1. Serviços prestados às famílias	1610	1697	2375	2242	2768	2871	3101	3300	3188
1.1 Serv. de aloj.e alimentação	930	979	1507	1428	1835	1917	2078	2132	2081
1.2 Ativ. culturais, recr.e esportivas	229	207	219	287	308	341	359	408	362
1.3 Serviços pessoais	347	387	486	338	430	412	384	462	413
1.4 Ativ. de ensino continuado	104	124	163	189	195	201	280	298	332
2. Serv. de infor.e comunicação	350	384	447	553	559	679	622	636	725
3. Serviços prestados às empresas	1615	1644	1856	2000	2204	2214	2521	2965	3254
4. Transp., serv.aux.transp., e correio	520	552	647	668	793	732	758	874	799
4.1 Transporte rodoviário	378	407	484	488	605	524	553	674	609

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
4.2 Outros transportes	14	13	14	14	17	15	20	18	14
4.3 Armaz.e serv. Aux. aos transp.	68	73	86	99	97	118	118	120	126
4.4 Correios e outr. ativ. de entrega	60	59	63	67	74	75	67	62	50
5. Atividades imobiliárias	83	130	147	172	251	257	283	334	390
6. Serv. de manutenção e reparação	569	647	618	639	755	771	716	728	620
7. Outras atividades de serviços	186	206	229	211	235	238	255	257	266

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (2016)

O crescimento do número de empresas no setor de serviços não foi acompanhado por crescimento na mesma intensidade na força de trabalho empregada. Os setores que apresentaram o maior volume de novas contratações entre 2007 e 2015 foram: armazenamento e serviços auxiliares aos transportes (171%), serviços prestados às empresas (165%), atividades culturais, recreativas e esportivas (143%) e atividades de ensino continuado (128%).

4 Considerações Finais

A análise realizada acima mostra que a economia paraibana detém sinais significativos de fragilidade: contribui com menos de um por cento para o PIB nacional; tem um setor agropecuário que perde sistematicamente posição na economia estadual, com uma produção de lavouras temporárias e permanentes concentrada em dois produtos e com uma pecuária praticamente estagnada; um setor industrial declinante e centralizado em segmentos industriais tradicionais; o setor terciário com peso significativo da administração pública e; forte agrupamento espacial na área metropolitana da capital e em menor grau na zona de influência de Campina Grande.

Apesar de nas últimas décadas ter experimentado um desempenho em termos de evolução do PIB e do PIB per capita melhor do que a economia nacional e regional, isso não foi bastante para mudar de forma significativa a sua posição no quadro econômico nacional.

Destaca-se que o melhor desempenho estadual esteve ancorado, principalmente, em dois segmentos: o crescimento do setor terciário e do subsetor da construção civil. A partir de 2015, a crise nacional repercutiu de modo expressivo na economia estadual, particularmente nesses dois segmentos produtivos. Como a política macroeconômica recessiva tem incidido de modo particular nesses dois ramos produtivos, não é prudente esperar que o quadro se reverta. Desse modo, a retomada do crescimento fica a depender, sobretudo, de iniciativas por parte do Governo Estadual, que, por sua vez, não tem sido ao longo do tempo capaz de influir de forma decisiva em mudanças estruturais mais profundas.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.D.; SOUZA, C. M. Dilemas da indústria na Paraíba: leituras das percepções do setor empresarial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 13, 2016.
- ALBUQUERQUE, Diogo Daniel Bandeira de; TARGINO, I. A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife: UFPE, v. 15, p. 129-150, 2016.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. Ed. Ciências Sociais, 1980.
- BRASIL, P. M. **Política de incentivos governamentais na Paraíba: implicações sobre o desenvolvimento industrial e a geração de empregos (1988-2003)**. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2005.
- CARDOSO, Verônica Lazzarini; ALMEIDA, Eduardo. Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n. 15, 2013.

COM cinco novas fábricas, Paraíba será 2º maior produtor de cimento do País. **Paraíba Total**, 25 fev. 2014. Canal de economia, mercado e negócios. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/com-cinco-novas-fabricas-paraiba-sera-2o-maior-produtor-de-cime-do-ntopais/>. Acesso em: 20 maio de 2019.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste Paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GALVÃO, P. F. M.; LIMA, D. do N.; ALBUQUERQUE, A. C. de A.; ATAÍDE, C. L. Desenvolvimento sustentável da caprinocultura no Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. V, n. 31, Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3a95712f7b720f82d8ac4b259dfe3743.pdf. Acesso em: 28 maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais: Brasil – 2016 principais destaques por Unidade da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEADATA. **Regional**: temas: contas regionais. *Online*. Rio de Janeiro: IPEADATA, c2006. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 8 maio 2019.

MAIA, Kaliane de Freitas. Transformações na grande propriedade e ressignificação da pecuária no semiárido. In: MENEZES, M.; GOMES, R. Alves. **Modernização e transformações no mundo rural: trabalho, atores e experiências**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

MARCILIO, M. L. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. In: **Revista Anais de História**. Ano vii, 1974.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MOREIRA, Emilia de Rodat F.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA. **Economia paraibana**: guia da conjuntura. João Pessoa: NAI, n. 1, 1974.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?edicao=22328&t=sobre> Acesso em: 15 maio 2019.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 maio 2019.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1977.

POLARI, R. S. **A Paraíba que podemos ser**: da crítica à ação contra o atraso. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 13 maio 2019.

REGO, Eduardo. **A tecnificação do território no cariri paraibano associada às políticas de estímulo a (re)pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

REINHARDT, D. H. **Manejo do solo – água – planta em plantios de abacaxi**. Cruz das Almas: Embrapa, 2015. Embrapa Mandioca e Fruticultura. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1029522/manejo-do-solo---agua---planta-em-plantios-de-abacaxi>. Acesso em: 20 maio 2019.

TARGINO, I. **Desempenho do setor industrial paraibano**. João Pessoa: UFPB/DECON, 2014. (mimeografado).

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. *In*: CAMPOS, F. C.; MOREIRA, I.; MOUTINHO, L. G. **Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa, Ed. Universitária, 2006.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.. Transformações do espaço agrário paraibano e conflitos de terra. *In*: **Anais do VII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Belo Horizonte: UFMG, 1986.

TARGINO, I.; MOREIRA, Emília; ARAÚJO, Natália Maritan Ugolino . Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Okara: Geografia em Debate**, n. 2, v. 8, p. 271-293, UFPB/PPGC, 2014.

